

Relatório de Gestão e Contas 2015



cercipóvoa
COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

Relatório de Gestão

2015



cercipóvoa

COOPERATIVA DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

INTRODUÇÃO

O ano de 2015 ficou marcado pelo recebimento de um empréstimo, no valor de 473.033 euros, do Instituto de Segurança Social, no âmbito do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário, que permitiu regularizar seis subsídios em atraso aos colaboradores, referentes aos anos de 2010 a 2013.

Em setembro de 2015, foi celebrado um contrato de parceria, com a Sociedade Euterpe Alhandrense (associação sem fins lucrativos), tendo por base a cedência de exploração de parte das instalações da CERCIPOVOA (Piscina, Pavilhão, Bar e espaço multiusos), com a possibilidade das mesmas continuarem a ser utilizadas pelos nossos utentes. Este contrato possibilitou uma gestão mais eficiente dos espaços com a consequente obtenção de benefícios financeiros para a Cooperativa.

No decorrer do segundo semestre de 2015, com o objetivo de proceder à reestruturação do passivo financeiro da Cooperativa, de forma a minimizar os constantes constrangimentos de tesouraria, a Direção reuniu com três entidades bancárias e em simultâneo apresentou um pedido de apoio financeiro ao Fundo de Socorro Social. Os referidos pedidos encontram-se em análise pelas diferentes entidades envolvidas.

QUEM SOMOS

Somos uma Cooperativa de Solidariedade Social com o estatuto de utilidade pública, fundada em Maio de 1977 por pais e amigos de crianças e jovens portadores de deficiência, com sede na Póvoa de Santa Iria.

Prestamos atendimento nas áreas da deficiência, serviços gerais e tempos livres, a várias centenas de crianças, jovens e adultos, com ou sem deficiência, nas Valências e Serviços que a Instituição oferece.

Apoiamos igualmente pessoas e os utentes/clientes oriundos de meios económico-sociais desfavorecidos e respetivas famílias; nas vertentes alimentar, social, médica e cultural com o apoio dos técnicos e dos recursos ao dispor da Instituição.

Apoiamos também diversas Instituições, através de protocolos de funcionamento e parcerias, no âmbito da deficiência, serviços gerais e tempos livres.

MISSÃO

“...só através da promoção da participação ativa e efetiva das pessoas com deficiência na Sociedade, atingiremos um dos principais objetivos Institucionais que dizem respeito ao gozo da Plena Cidadania. É nosso princípio a defesa dos direitos da pessoa com deficiência...”

- Educação, Reabilitação e Inserção do Cidadão com Deficiência
- Promoção da autonomia pessoal e social do cidadão com deficiência
- Sensibilização e Mobilização da Sociedade para a problemática da deficiência

VISÃO

Ser uma instituição de referência na intervenção que desenvolvemos, em termos Concelhio e Nacional.

RESPOSTAS SOCIAIS / SERVIÇOS

CASE - Centro de Apoio Sócio Educativo

Pretende dar uma resposta adequada, num meio o menos restritivo possível, salvaguardando os direitos e igualdade de oportunidades para as crianças e jovens com deficiência em idade escolar. Nº de utentes: 20

CAR - Centro de atendimento Residencial

Criar condições de bem-estar e de vida ajustadas às necessidades dos residentes, prevenindo e/ou reparando situações de carência familiar. Nº de utentes: 30

CAO - Centro de Atividades Ocupacionais

Valorização pessoal e integração social das pessoas com deficiência, permitindo o desenvolvimento das suas capacidades, sem vinculação a exigências de rendimento profissional. Nº utentes: 95

CRI - Centro de recursos para a inclusão

Integra recursos especializados e disponibiliza conhecimentos e competências que lhes conferem um estatuto diferenciado numa perspectiva de prestação de serviços complementares para apoio à inclusão. Intervimos nos concelhos de Vila Franca de Xira, Loures e Odivelas. Nº de apoios: 611

IP - Intervenção Precoce

Intervir o mais precocemente possível, logo que os problemas da criança sejam detectados, assegurando as condições facilitadoras do desenvolvimento da criança. Apoiar os pais, potenciando a melhoria de interações familiares positivas que promovam sentimentos comuns de competência e de sucesso. Nº utentes: 80

CALE - ATL Centro de Atividades Lúdicas e Expressivas

Oferecer atividades com a dupla função de recreio e/ou desenvolvimento da criança. Ser um complemento à educação formal. Estas atividades decorrem nas instalações da CERCIPOVOA ou nas escolas, com base em parcerias com as Associações de Pais dos Agrupamentos de Escolas da Póvoa de Santa Iria e Vila Franca de Xira. Nº utentes: 161

Programa AEC'S - Atividades de enriquecimento curricular

Consideram -se AEC no 1.º ciclo do ensino básico as atividades educativas e formativas que incidam na aprendizagem da língua inglesa ou de outras línguas estrangeiras e nos domínios desportivo, artístico, científico, técnico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio e de educação para a cidadania. Parceria com a Sociedade Euterpe Alhandrense: 171 alunos

AAAF - Atividades de Animação e Apoio à Família (antigo CAF)

As AAAF destinam-se a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré -escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades. Parceria com as Associações de Pais das respetivas escolas.

Espaço Criança

Realização de atividades de animação e realização de Festas de Aniversário para crianças e Jovens. Este serviço terminou em agosto de 2015.

Cantina Social

Programa de Emergência Alimentar inserido na Rede Solidária de Cantinas Sociais, que permite garantir às pessoas e/ou famílias que mais necessitam, o acesso a refeições diárias gratuitas ou a baixo preço. Nº apoios: 85

Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados (PCAAC)

Fornecimento de géneros alimentares a indivíduos e agregados familiares carenciados.

Fornecimento de refeições a Escolas

Protocolo com Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Fornecimento de 450 diárias

CAMPSPORT

Conjunto diversificado de atividades físicas / desportivas ao nível da piscina e do Pavilhão; natação para bebés, adaptação ao meio aquático e hidroginástica. Este serviço deixou de ser prestado pela CERCIPOVOA a partir de julho de 2015.

Outros serviços

Transportes Escolares, Terapia da Fala e Psicologia, Colónias de férias para crianças, Cedência de Espaços, Empréstimo de ajudas técnicas, Utilização de Sala de Snoozlen pela Comunidade

Análise das contas e resultados

Vendas e Prestação de Serviços

Descrição	2015	2014
Vendas	42.919,39	43.771,55
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	296.414,35	327.041,76
Quotas	8.721,95	8.666,64
Serviços secundários	92.677,06	128.898,01
Total	440.732,75	508.378,26

O decréscimo (-9,4 %) verificado, de 2014 para 2015, nas vendas e prestações de serviços, deveu-se, essencialmente, à redução das receitas referentes a matrículas e mensalidades de serviços secundários (CAF e ATL externo), como consequência da perda das escolas do Agrupamento de Vialonga, em julho de 2014, e do encerramento de alguns serviços, a partir de agosto de 2015, como foi o caso das atividades desportivas (Pavilhão e Piscina), do bar e realização de eventos, passando os mesmos a ser efetuados pela Sociedade Euterpe Alhandrense mediante a cedência de exploração das instalações da CERCIPOVOA, afetas às referidas atividades.

Subsídios à exploração

Descrição	2015	2014
Subsídios		
ISS	1.100.662,83	1.081.236,50
DGEST (DREL)	440.522,14	479.798,01
Autarquias	54.719,58	53.610,29
Outros (IEFP e APEE)	43.979,54	68.390,86
Sub-Total	1.639.884,09	1.683.035,66
Fundo de Socorro Social	0	180.000,00
Total	1.639.884,09	1.863.035,66

Se excluirmos o impacto do recebimento, a título extraordinário, do apoio financeiro de 180.000 euros do Fundo de Socorro Social, no final de 2014, o montante global de subsídios à exploração, de 2014 para 2015, registou uma variação negativa de 43.151,57 euros, em resultado das diminuições em cerca de 25.000 euros e 15.000 euros dos subsídios de CASE e CRI,

respetivamente, e da redução das receitas referentes a AAAF (CAF), na sequência da perda do concurso, realizado pela APEE de Vialonga, para prestação de serviços de ATL e CAF, para o ano letivo 2014/2015.

Em sentido contrário as transferências do ISS (Instituto de Segurança Social) sofreram um ligeiro aumento (1,8 %) por via da atualização anual dos acordos.

Fornecimentos e serviços externos

Descrição	2015	2014
Subcontratos	66.193,34	68.560,50
Trabalhos especializados	46.321,34	43.031,12
Honorários	38.356,12	42.220,47
Conservação e reparação	26.940,85	44.694,29
Encargos com saúde utentes	11.260,45	9.301,33
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	6.372,60	3.355,89
Material de escritório	2.734,50	5.569,84
Material didático / Ativ. Ocupacionais	1.445,79	1.634,73
Eletricidade	35.978,26	34.557,88
Combustíveis	22.688,58	25.307,26
Água	13.956,60	13.861,48
Gás	66.238,73	73.689,59
Deslocações, estadas e transportes	19.229,38	17.306,73
Rendas e alugueres	3.172,76	7.101,85
Comunicação	11.299,32	11.696,12
Seguros	12.294,84	10.490,02
Limpeza higiene e conforto	10.251,89	10.746,05
Outros serviços	16.307,05	18.450,54
Total	411.042,40	441.575,69

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” registou, em termos gerais uma ligeira diminuição (cerca de 7%) em 2015, face a 2014. Para esta variação concorreram, principalmente, a diminuição das despesas com conservação e reparação, consumo gás e com honorários, neste último caso como resultado da passagem para o quadro da Instituição de prestadores de serviços independentes, da valência CRI, e da redução da atividade da piscina. As despesas com conservação e reparação de viaturas decresceram cerca de 15.500 euros face ao ano anterior. No

que respeita às despesas com rendas/alugueres e gastos administrativos, reduziram-se para metade. No primeiro caso porque deixou de ser necessária a utilização do módulo que se encontrava na escola de Vialonga, para a prestação de serviços de ATL e CAF, e no segundo caso pela rescisão do contrato de assistência técnica informática.

Gastos com pessoal

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	1.338.679,53	1.399.044,73
Indemnizações	2.515,45	14.405,46
Encargos sobre as Remunerações	274.718,99	278.943,78
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.472,40	12.085,92
Outros Gastos com o Pessoal	1.304,24	3.205,89
Total	1.630.690,61	1.707.685,78

As despesas com remunerações do pessoal decresceram em 2015, face ao período homólogo anterior, como resultado da redução, a partir de setembro de 2014, de 10 colaboradores que se encontravam a exercer as suas funções nas escolas do Agrupamento de Vialonga, na sequência da perda do concurso, realizado pela APEE de Vialonga, para prestação de serviços de ATL e CAF, para o ano letivo 2014/2015.

Outros rendimentos e ganhos

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares		
- Cedência das refeições	253.076,86	237.825,54
- INR	7.364,53	7.027,93
- Cedência de exploração (inclui compensação gastos)	21.119,45	0,00
- Outros	13.050,10	23.510,05
Outros rendimentos e ganhos	202.013,65	215.537,10
Total	496.624,59	483.900,62

Os Rendimentos Suplementares, de 2014 para 2015, cresceram em termos gerais, cerca de 26.000 euros. Esta variação ficou a dever-se, essencialmente, ao acréscimo de receitas com o fornecimento de refeições escolares, que atingiram os 167.739,36 euros em 2015, enquanto em 2014 ficaram nos 154.328,04 euros, e aos valores gerados pelo acordo de parceria celebrado com a Sociedade Euterpe Alhandrense, para cedência de exploração da Piscina, Pavilhão e Bar,

através da compensação dos gastos com eletricidade, gás, água, um colaborador e aluguer de espaço. Em sentido contrário, a rubrica de “Outros” Rendimentos suplementares, onde se incluem a realização de eventos e aluguer de pavilhão, apresentou um decréscimo de 44% associado à cedência de exploração atrás referida.

No exercício de 2015, reconhecendo-se a grande dificuldade de cobrança das quotas geradas no exercícios de 2013, que se encontravam contabilizadas como dívidas a receber, decidiu proceder ao registo de imparidades no valor de 31.200,48 euros.

Face aos dados apresentados anteriormente e pela análise dos documentos de prestação de contas conclui-se que o resultado operacional (excluindo os subsídios ao investimentos e as imparidades) antes de depreciações e gastos de financiamento foi em 2015, positivo em cerca de 105.430 euros.

Os gastos financeiros no período em análise decresceram significativamente, passando dos 58.341,07 euros em 2014, para os 48.299,38 euros em 2015, resultado da redução do endividamento bancário da CERCIPOVOA.

Em termos de resultado líquido de 2015, negativo de 31.413,10 euros, foi influenciado negativamente pelo reconhecimento de imparidades referentes a quotas e dívidas de utentes no valor de 44.232,80 euros.

No que respeita às rubricas de Balanço, pela sua materialidade, importa referir a diminuição registada nas contas de clientes, na sequência do reconhecimento como dívidas de cobrança duvidosa/incobráveis das dívidas de utentes/clientes anteriores a 2013, no montante de 108.788,12 euros. O referido reconhecimento surge após várias tentativas de cobrança através de contactos telefónicos, e-mails e das cartas enviadas pela advogada da Cooperativa, em dezembro de 2012, sem que as mesmas, na sua grande maioria tivessem resultado em recebimentos efetivos. Não foi possível avançar com a cobrança coerciva, por via judicial, uma vez que a cobrança de mensalidades, até dezembro de 2012, era efetuada com base em recibos.

O valor do passivo, em termos globais, de 2014 para 2015, manteve-se praticamente inalterado, existindo apenas a transferência de parte das obrigações que se encontravam registadas no curto prazo para o médio/longo prazo. Esta situação ficou a dever-se, essencialmente, à contabilização do empréstimo do FRSS, o qual foi utilizado para regularizar as dívidas aos colaboradores, referentes a subsídios em atraso, que se encontravam registadas em curto prazo.

Principais atividades desenvolvidas em 2015

Visita ao Estádio da Luz	
Visita ao Cartoon Xira	
Atividade de jardinagem conjunta CERCIPOVOA-FOFAS	
Comemoração dia Mundial do Livro - Bibliotecas da CMVFX	
Ida ao espetáculo "Danças e Cantares da Universidade Sénior"	
Participação na ação de sensibilização de higiene oral - C. Saúde Póvoa	
Participação nas "Olimpíadas da Segurança" - Divisão Policial de VFX	
Participação no "Dia aberto à Comunidade" Agrup. Escolas da Póvoa	
Ida ao espetáculo Juntos em Revista" - SFRA	
Participação na aula de Zumba organizada pela S. Euterpe Alhandrense	
Participação em atividades inter-centros Distrital	
Participação mensal Feira Artesanato na Póvoa de Santa Iria	
Participação NATALIS 2015	
Comemoração do Dia Internacional Pessoa com deficiência	
Festa de Natal da CERCIPÓVOA	
Jantar de Natal de funcionários	
Comemoração do Carnaval com Comunidade	
Comemoração da Páscoa com Comunidade	
Festa de Verão 2015	
Realização de encontro de futebol Intercentros	
Participação da Passarele D'Oro Vila Franca de Xira	
Promoção de Férias desportivas 2015 em parceria com CM VFXira	
Realização colónias de praia para crianças de ATL	
Campanha Pirlampo Mágico 2015	
Colónia de Férias - Pousada da Juventude do Porto	(1) INR
Colónia de Férias - Quinta da Fonte Quente - Tocha	(1) INR
Praia de Carcavelos	(1) INR
Fim-de-semana em Vila de Rei (Aldeia da Água Formosa)	(1) INR
Colónia de Férias - Sagres	(1) INR
Piscinas de santarém	(1) INR
Visitas ao Mosteiro da Batalha, Tapada de Mafra e Qta. Da Regaleira	(1) INR
Colónia de Férias - Foz do Arelho	(1) INR
Praia de Carcavelos	(1) INR
Colónia de Férias - Quinta da Fonte Quente - Tocha	(1) INR
Colónia de Férias - Ribeira de Pena	(1) INR

(1) Atividades realizadas com o apoio financeiro do INR
Apoio no valor total de 7.365 euros

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende a Direção, continuar a criar as condições para que todos os envolvidos no processo reabilitativo e integrador da nossa organização possam desenvolver o seu trabalho em prol do Cidadão com Deficiência.

No que diz respeito à qualidade dos serviços prestados, pretendemos reforçar a aposta efetuada nos anos anteriores, dotando a Instituição com recursos humanos e materiais que permitam elevar a qualidade do atendimento prestado.

Propomo-nos continuar a operar a mudança de mentalidades relativamente ao Cidadão com deficiência, apoiar tecnicamente todas as entidades que intervenham no atendimento deste grupo da população, assim como, que necessitem de apoio técnico ou especializado nesta área.

Continuaremos a desenvolver atividades e ações que promovam o nosso trabalho, a estar presente em todos os grupos e entidades que desenvolvem intervenção no âmbito da área da deficiência.

Daremos seguimento ao alargamento da nossa intervenção a áreas onde as respostas sociais escasseiam, nomeadamente, nas áreas de apoio às famílias que incluam membros do agregado familiar com deficiência.

A Direção
José Manuel Martins Gonçalves
Paulo Alexandre das Neves
Vereador
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

CERCIPOVOA - Coop. Educ. Reab. C. Inadaptadas, CRL

NIPC: 500 708 177

Rua Morgado da Póvoa, Lote 1

Quinta da Piedade, 2ª fase

2625-229 POVOA STA IRIA

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: Valores em euros

	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		4.935.895,34	5.146.994,31
Investimentos financeiros		5.716,15	5.024,94
		<u>4.941.611,49</u>	<u>5.152.019,25</u>
Activo corrente			
Clientes		90.060,33	212.159,26
Estado e outros entes públicos		130,00	130,00
Outras contas a receber		64.788,71	85.564,40
Diferimentos		2.525,36	3.979,80
Caixa e depósitos bancários		134.739,31	125.594,07
		<u>292.243,71</u>	<u>427.427,53</u>
Total do activo		<u>5.233.855,20</u>	<u>5.579.446,78</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		3.300,00	3.300,00
Reservas		42.947,24	42.947,24
Resultados transitados		-1.511.923,18	-1.431.627,46
Excedentes de revalorização		3.199.240,21	3.199.240,21
Outras variações nos fundos patrimoniais		1.369.796,92	1.547.492,98
		<u>3.103.361,19</u>	<u>3.361.352,97</u>
Resultado líquido do período		-31.413,10	82.964,75
Total do fundo de capital		<u>3.071.948,09</u>	<u>3.444.317,72</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Fornecedores		29.486,72	85.253,98
Estado e outros entes públicos		373.114,17	348.639,71
Financiamentos obtidos		766.757,65	392.272,75
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		<u>1.169.358,54</u>	<u>826.166,44</u>
Passivo corrente			
Fornecedores		319.950,80	275.587,54
Estado e outros entes públicos		161.736,57	154.425,24
Financiamentos obtidos		172.895,90	117.778,44
Diferimentos		7.019,29	49.676,05
Outras contas a pagar		330.946,01	711.495,35
		<u>992.548,57</u>	<u>1.308.962,62</u>
Total do passivo		<u>2.161.907,11</u>	<u>2.135.129,06</u>
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		<u>5.233.855,20</u>	<u>5.579.446,78</u>

Direção
Alexandre Luis de Vasconcelos
Presidente da Direcção

O Técnico Oficial de Contas (5594)

Téc. Cont. H2

CERCIPOVOA - Coop. Educ. Reab. C. Inadaptadas, CRL

NIPC: 500 708 177

Rua Morgado da Póvoa, Lote 2

Quinta da Piedade, 2ª fase

2625-299 POVOA STA IRIA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Moeda: Valores em euros

NOTAS	DATAS	
	31 DEZ 2015	31 DEZ 2014
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas e serviços prestados	440.732,75	508.377,96
Subsídios, doações e legados à exploração	1.639.884,09	1.863.035,66
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	242.149,93	250.605,00
Fornecimentos e serviços externos	411.042,40	441.575,69
Gastos com o pessoal	1.630.690,61	1.707.685,78
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	44.232,80	73.791,11
Outros rendimentos e ganhos	496.624,59	483.471,22
Outros gastos e perdas	10.232,56	17.379,04
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento de impostos	238.893,13	363.848,22
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	222.851,47	222.559,32
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	16.041,66	141.288,90
Juros e rendimentos similares obtidos	844,62	16,92
Juros e gastos similares suportados	48.299,38	58.341,07
Resultados antes de impostos	-31.413,10	82.964,75
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-31.413,10	82.964,75

A Direção

O Técnico Oficial de Contas (5394)

Luís Carlos A. Silva

Moeda : Valores em Euros

Paula Corz Hn

CERCIPÓVOA

**Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados
do exercício de 2015**

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	9
6	Locações.....	11
7	Custos de Empréstimos Obtidos.....	11
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	12
10	Benefícios dos empregados	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	13
12	Outras Informações	13
12.1	Investimentos Financeiros	13
12.2	Clientes e Utentes	14
12.3	Fundadores/doadores/associados.....	14
12.4	Outras contas a receber.....	14
12.5	Diferimentos	15
12.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
12.7	Fundos Patrimoniais	16
12.8	Fornecedores	16
12.9	Estado e Outros Entes Públicos	17
12.10	Outras Contas a Pagar.....	17
12.11	Subsídios, doações e legados à exploração	17
12.12	Fornecimentos e serviços externos	18
12.13	Outros rendimentos e ganhos	19
12.14	Outros gastos e perdas	19
12.15	Resultados Financeiros	19
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	20

1 Identificação da Entidade

A “CERCIPOVOA – Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados, CRL” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída por escritura pública em 12 de maio de 1977, reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública em Diário da República n.º 243, Série II, de 22 de outubro de 1991, tendo os estatutos sido publicados no Diário da República n.º 241, Série III, de 15 de outubro de 1999, com sede na Rua Morgado da Póvoa, Lote 1 (Quinta da Piedade 2ª Fase), na Póvoa de Santa Iria. Tem como atividade para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

- Educação, reabilitação e integração de crianças inadaptadas, sensibilizar e mobilizar todas as pessoas para os aspetos relacionados com a educação e reabilitação dos alunos utentes da Cercipóvoa, sobretudo docentes, pais e outros cooperantes.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2014 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	8 a 20
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 e 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos /doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.5 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo.

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Unid.: euros

Descrição	2015					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	6.879.052,53					6.879.052,53
Equipamento básico	201.968,17	12.300,19				214.268,36
Equipamento de transporte	341.308,11					341.308,11
Equipamento administrativo	232.169,16	1.822,55	310,00			233.681,71
Outros Ativos fixos tangíveis	11.593,72		2.060,24			9.533,48
Ativos Fixos tangíveis em curso	0,00					0,00
Total	7.666.091,69	14.122,74	2.370,24	0,00	0,00	7.677.844,19
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.806.326,53	198.590,87				2.004.917,40
Equipamento básico	173.962,49	7.885,24				181.847,73
Equipamento de transporte	309.600,98	4.941,84				314.542,82
Equipamento administrativo	219.673,92	11.433,52				231.107,44
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,46					9.533,46
Total	2.519.097,38	222.851,47	0,00	0,00	0,00	2.741.948,85

Nota: em 2015, adquiriu-se material de avaliação de capacidades/competências, no valor de 11.761,91 euros, uma estante para arrumação do mesmo, um fogão para o lar e um computador portátil.

Descrição	2014					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	6.876.926,81	12.484,50	10.358,78			6.879.052,53
Equipamento básico	175.212,85	26.755,32				201.968,17
Equipamento de transporte	306.701,38			+ 34.606,73		341.308,11
Equipamento administrativo	232.169,16					232.169,16
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,48			+ 2.060,24		11.593,72
Ativos Fixos tangíveis em curso	36.666,97			- 36.666,97		0,00
Total	7.637.210,65		10.358,78	0,00	0,00	7.666.091,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.617.087,70	199.597,61	10.358,78			1.806.326,53
Equipamento básico	169.801,03	4.161,46				173.962,49
Equipamento de transporte	302.538,94	7.062,04				309.600,98
Equipamento administrativo	207.935,71	11.738,21				219.673,92
Outros Ativos fixos tangíveis	9.533,46	0,00				9.533,46
Total	2.306.896,84	222.559,32	10.358,78	0,00	0,00	2.519.097,38

Nota: em 2014 efetuaram-se obras de manutenção e reparação nos edifícios no valor de 12.484,50 euros, adquiriu-se painéis solares no valor de 19.980 euros e equipamento de estimulação sensorial no valor de 6.470,34 euros. O abate refere-se aos Monoblocos instalados na CERCI (antiga).

6 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2015			2014		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento de transporte	25.442,60	25.442,60	0,00	25.442,60	25.442,60	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	25.442,60	25.442,60	0,00	25.442,60	25.442,60	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2015			2014		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	68.698,79	323.570,11	392.268,90	68.778,44	392.272,75	461.051,19
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo do FRSS	94.606,61	378.426,45	473.033,06	0,00	0,00	0,00
Outros Empréstimos	9.590,50	64.761,09	74.351,59	49.000,00	0,00	49.000,00
Total	172.895,90	766.757,65	939.653,55	117.778,44	392.272,75	510.051,19

- Dados dos empréstimos bancários:

Empréstimo Conjunto: BPG e BES / Valor inicial: 700.000,00 euros / início: 23/jan/2012 término: 23/dez/2021 / valor em dívida a 31/12/2015: 363.636,70 euros;

Empréstimo BPI: finalizou em junho de 2014;

Empréstimo Banco Popular: finalizou em maio 2014;

Empréstimo RCI Banque: valor em dívida a 31/12/2015: 15.255,57 euros;

Empréstimo BES (Novo Banco): valor em dívida a 31/12/2015: 13.376,63 euros;

Empréstimo FRSS: valor em dívida em 31/12/2015: 473.033,06 euros

- Outros empréstimos: FENACERCI e IGFSS

8 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	42.919,39	43.771,55
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	296.414,35	327.041,76
Quotas e jóias	8.721,95	8.666,64
Serviços secundários	92.677,06	128.898,01
Juros	844,62	16,92
Total	441.577,37	508.395,08

- Vendas: nesta rubrica encontram-se registadas as vendas de pirilampos e bar. Mas, enquanto as receitas inerentes às vendas de pirilampos, que se fixaram nos 28.339 euros em 2015, cresceram, face a 2014, cerca de 25%, resultado da recuperação de 5.333 euros de dívidas de anos anteriores, as vendas de produtos de Bar, que atingiram em 2015 os 14.580 euros, decrescendo 6.524 euros face ao ano anterior, como consequência da cedência de exploração à Soc. Euterpe Alhandrense, a partir de setembro.
- Matrículas e mensalidades: a redução nesta rubrica ficou a dever-se à redução de atividade de ATL e piscina;
- Serviços secundários: regista os valores de CAF. A redução foi consequência da perda das escolas de Vialonga onde prestámos serviços de ATL e CAF, até agosto de 2014.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2015	2014
Subsídios do Governo		
ISS	1.100.662,83	1.081.236,50
DGEST (DREL)	440.522,14	479.798,01
Autarquias	54.719,58	53.610,29
Fundo de Socorro Social	0,00	180.000,00
Outros	43.979,54	68.390,86
Total	1.639.884,09	1.863.035,66

- A redução significativa verificada nos subsídios da DGEST ficou a dever-se à diminuição do número de utentes de CASE e CRI no ano letivo de 2015/2014, comparativamente com o ano letivo anterior. A referida diminuição de utentes teve um impacto negativo no recebimento de subsídios nos montantes de 25.000 euros e 15.000 euros, em CASE e CRI, respetivamente.
- A rubrica "Outros" inclui o pagamento dos CAF's por parte das Associações de Pais, e os apoios do IEFP à colocação de colaboradores em situação de desemprego.

10 Benefícios dos empregados

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações ao pessoal	1.338.679,53	1.399.044,73
Indemnizações	2.515,45	14.405,46
Encargos sobre as Remunerações	274.718,99	278.943,78
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13.472,40	12.085,92
Outros Gastos com o Pessoal	1.304,24	3.205,89
Total	1.630.690,61	1.707.685,78

A rubrica “Outros Gastos com Pessoal” inclui os gastos com o Complemento de Subsídio de doença no valor de 1.052,09 euros.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2015	2014
Investimentos em subsidiárias	5.024,94	5.024,94
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	5.024,94	5.024,94
Outros Investimentos Financeiros	691,21	0,00
Fundo de compensação do trabalho	691,21	0,00
Total	5.716,15	5.024,94

Os investimentos financeiros dizem respeito à participação financeira na sociedade CERCIPOVOA Serviços, Unipessoal, Lda., pessoa coletiva nº 507887883. A referida sociedade não tem qualquer atividade desde 2009.

12.2 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2015	2014
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	9.722,50	24.504,62
Utentes	189.125,95	187.084,55
Perdas por imparidade	- 108.788,12	0,00
Sócios	0,00	320,09
Outros	0,00	250,00
Total	90.060,33	212.159,26

12.3 Fundadores/doadores/associados

A rubrica de “Fundadores/doadores/associados”, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, apresentava a seguinte repartição:

Descrição	2015	2014
Quotas de Sócios	104.991,59	104.902,59
Perdas por imparidade (quotas 2010/11/12)	- 73.791,11	- 73.791,11
Perdas por imparidade (quotas 2013)	- 31.200,48	0,00
Total	0,00	31.111,48

Durante o exercício de 2015, foi reconhecida a incobrabilidade das quotas referentes ao ano de 2013, tendo-se registado uma perda potencial de 31.200,48 euros.

12.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Outros Devedores	24.654,00	28.812,18
Devedores por acréscimos de rendimentos	18.699,19	24.388,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	1.252,74
Total	43.353,19	54.452,92

No ano de 2015, o saldo da rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos”, é constituído por: 6.355,00 euros e 12.344,19 euros, referentes às refeições do mês de dezembro de 2015, da Cantina Social e das Escolas (pagas pela CM VFX), respetivamente. Os referidos valores foram recebidos em janeiro e fevereiro de 2016.

Relativamente a 2014, da rubrica de “Devedores por acréscimos de rendimentos” fazem parte: valores de CAF, 6.311,00 euros; a comparticipação do ISS, da Cantina Social, do mês de dezembro de 2014, no valor total de 6.145,00 euros e valor, pago pela CMVFX, das refeições das escolas do mês de dezembro, 11.732,00 euros.

12.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
Gastos a Reconhecer		
Seguros antecipados	2.525,36	3.979,80
Outras despesas diferidas	0,00	0,00
Total	2.525,36	3.979,80
Rendimentos a Reconhecer		
Outros rend. a reconhecer	7.019,29	49.676,05
Total	7.019,29	49.676,05

O saldo da rubrica “Outros rend. a reconhecer” inclui os montantes recebidos antecipadamente, respeitantes aos meses de julho/agosto de ATL e a AEC’s. Em 2014, para além dos referidos valores, estavam incluídos 35.127 euros referente ao subsídio do Projeto DL 3/2008 (Agrupamentos).

12.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	2.964,29	4.149,97
Depósitos à ordem	127.375,02	117.044,10
Depósitos a prazo	4.400,00	4.400,00
Outros	0,00	0,00
Total	134.739,31	125.594,07

Uma parte significativa do saldo da conta de depósitos resulta do valor recebido do FRSS e encontra-se reservado para o cumprimento das medidas que a CERCIPOVOA se propôs realizar aquando da candidatura.

12.7 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Reservas	42.947,24	0,00	0,00	42.947,24
Resultados transitados	-1.431.627,46	158.098,08	238.393,80	- 1.511.923,18
Excedentes de revalorização	3.199.240,21	0,00	0,00	3.199.240,21
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.547.492,98	0,00	177.696,06	1.369.796,92
Total	3.361.352,97	158.098,08	416.089,86	3.103.

As variações verificadas na rubrica "Resultados Transitados" respeitam, em termos de aumentos, à integração do Resultado Líquido de exercício de 2014 (82.964,75 euros) e a regularizações de anos anteriores. Negativamente contribuiu o registo de, valores incobráveis de utentes (95.755,80 euros), de juros da dívida, em acordo, à segurança social (72.009,14 euros) e o restante a regularizações diversas.

A diminuição da rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" está relacionada com a amortização anual dos subsídios ao investimento, recebidos da Segurança Social, CM VFX e mecenas, para a construção do Edifício, assim como, para a aquisição de viatura e conservação e reparação de edifícios. É proporcional ao valor das respetivas amortizações do exercício.

12.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores	349.437,52	357.144,08
Fornecedores títulos a pagar	0,00	3.697,44
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	349.437,52	360.841,52

O valor que consta em médio/longo prazo, na rubrica de fornecedores, respeita ao acordo celebrado com ICA/Nordigal (42 prestações mensais) de 5.022,52 euros (capital e juros) das quais já se encontram pagas 26.

12.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Ativo		
Outros rendimentos	130,00	130,00
Total	130,00	130,00
Passivo		
Passivo não corrente		
Segurança Social	373.114,17	348.639,71
Total	373.114,17	348.639,71
Passivo Corrente		
Imposto sobre o Rend. Pessoas Singulares (IRS) / IVA	28.156,37	47.572,73
Segurança Social	133.580,20	106.852,51
Total	161.836,57	154.605,24

O valor global da dívida à segurança social aumentou de 2014 para 2015, na sequência do reconhecimento dos juros vencidos referentes a exercícios anteriores, no valor total de 72.009,14 euros.

Em 2014, realizaram-se dois acordos com a segurança social no valor de 88.426,35 euros e 130.819,37 euros, respeitantes às contribuições dos subsídios em atraso.

12.10 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		72.404,18		443.336,81
Fornecedores de Investimentos		10.249,19		15.900,94
Credores por acréscimo de gastos		235.526,56		233.231,61
Outros credores		11.905,08		19.025,99
Total	0,00	330.085,01	0,00	711.495,35

No exercício de 2015, constam na rubrica “Credores por acréscimos de gastos” 217.912,22 euros, respeitantes a gastos com férias e subsídio de férias de 2015, que serão pagos em 2016.

O decréscimo significativo verificado de 2014 para 2015 na rubrica “Remunerações a pagar” resultou do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, em atraso, referentes ao anos de 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014.

12.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2015 e 2014, os seguintes subsídio e doações:

Descrição	2015	2014
Subsídios do Estado e outros entes públicos	1.607.034,90	1.801.515,63
Subsídios de outras entidades	32.849,19	61.520,03
Total	1.639.884,09	1.863.035,66

A rubrica "Subsídios do Estado e outros entes públicos", encontra-se discriminada no ponto 9 deste Anexo. Em 2014, na referida rubrica está incluído o recebimento extraordinário, do Fundo de Socorro, no valor de 180.000 euros.

12.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	66.193,34	68.560,50
Trabalhos especializados	46.321,34	43.031,12
Honorários	38.356,12	42.220,47
Conservação e reparação	26.940,85	44.694,29
Encargos com saúde utentes	11.260,45	9.301,33
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	6.372,60	3.355,89
Material de escritório	2.734,50	5.569,84
Material didático / Ativ. Ocupacionais	1.445,79	1.634,73
Eletricidade	35.978,26	34.557,88
Combustíveis	22.688,58	25.307,26
Água	13.956,60	13.861,48
Gás	66.238,73	73.689,59
Deslocações, estadas e transportes	19.229,38	17.306,73
Rendas e alugueres	3.172,76	7.101,85
Comunicação	11.299,32	11.696,12
Seguros	12.294,84	10.490,02
Limpeza higiene e conforto	10.251,89	10.746,05
Outros serviços	16.307,05	18.450,54
Total	411.042,40	441.575,69

- Subcontratos: regista, essencialmente, o serviço de refeições efetuado pela empresa ICA.
- Trabalhos especializados: inclui os serviços de AEC's, manutenção da piscina (até ago/15) e elevadores. Em 2015 foi ainda registado nesta rubrica a auditoria realizada às áreas financeira e de RH;
- Material de escritório: o valor registado em 2014 ficou a dever-se à substituição do servidor antigo e das fotocopiadoras;
- Honorários: a diminuição de 2014 para 2015 resultou da redução de gastos com prestadores de serviços independentes da piscina, na sequência da cedência de exploração daquela a partir de setembro de 2015;
- Conservação e reparação: a diminuição verificada em 2015, face a 2014, ficou a dever-se, essencialmente, ao decréscimo significativo das despesas com reparação de viaturas (cerca de 15.000 euros);
- Ferramentas e utensílios de desgaste rápido: o aumento verificado de 2014 para 2015 adveio da aquisição de materiais e pequenos equipamentos (PIT's) para utilização das escolas no âmbito do CRI.

12.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	294.610,94	268.168,52
Outros rendimentos e ganhos	202.013,65	215.302,70
Total	496.624,59	483.471,22

- Rendimentos Suplementares: inclui o valor das cedências de refeições (Cantina Social e Câmara Municipal de VFX) que atingiram os 253.076,86 euros em 2015, enquanto em 2014 se fixou nos 237.825,54 euros. O restante aumento (cerca de 12.000 euros) resultou da faturação efetuada à Soc. Euterpe Alhandrense no âmbito do protocolo de cedência de instalações.
- Outros rendimentos e ganhos: cerca de 90% desta rubrica respeita à imputação de subsídios ao investimento. Desta rubrica constam ainda os donativos (incluindo os donativos em espécie) que em 2015 atingiram os 13.884 euros.

12.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	1.624,77	1.639,13
Outros Gastos e Perdas	8.607,79	15.739,11
Total	10.232,56	17.378,24

A rubrica "Outros Gastos e Perdas", em 2015, inclui 3.950 euros relativos a uma multa da ACT e 2.400 euros de quotas da FENACERCI.

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	46.187,08	55.195,16
Outros gastos e perdas de financiamento	2.112,30	3.145,91
Total	48.299,38	58.341,07
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	844,62	16,92
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	844,62	16,92
Resultados Financeiros	- 47.454,76	-58.324,15

12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2015 foram aprovadas pela Assembleia Geral em 30 de março de 2016.

A Direção

O Técnico Oficial de Contas (5394)

The image shows several handwritten signatures in blue ink. On the left, under the heading 'A Direção', there are multiple signatures, including one that appears to be 'João Manuel Gonçalves' and another 'Alexandre Zai de Vasconcelos'. On the right, under the heading 'O Técnico Oficial de Contas (5394)', there is a signature that appears to be 'José Carlos Horta'. There are also some smaller, less legible signatures and initials scattered below the main ones.